

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE SETEMBRO DE 2.015.**

2 **ATA Nº 08/2.015** - Aos oito dias do mês de setembro, do ano de dois mil
3 e quinze, às nove horas e quarenta minutos, no auditório da Controladoria
4 Geral da União, sita na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2.789, 4º andar
5 do Ed. Norcon Empresarial, Mangabeiras, nesta cidade, compareceram à
6 nossa reunião ordinária, conforme lista de presença anexa, os seguintes
7 membros: Srs. José Carlos Castro(MPE/AL), Fernando Teles de
8 Farias(CEDDH), Diego Fonseca(APROMAL), Sérgio Studart(CGU),
9 Pedro Guido(ISV), Dário César(CGE), Marcos Sérgio da Silva Ferreira
10 Neto(SINDAF/AL), e Sras. Valéria Bezerra (RFB), Kátia Vasco(TCE/AL),
11 Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto(UNEAL) e Leoneide Novais de
12 Melo(ARQUIDIOCESE/MACEIÓ). **Item 1 da Pauta: Aprovação da Ata**
13 **da reunião anterior** - Após o conhecimento de seu teor por todos os
14 presentes, esta foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. **Item 2 da**
15 **Pauta - Informes: (2.1): Parlamento Jovem Universitário** – o Sr. Pedro
16 Guido apontou os problemas já indicados em nossa reunião anterior, com as
17 greves e recessos das Universidades, registrando, por outro lado, os
18 produtivos encontros de apresentação e estudo dos portais da câmara e do
19 poder executivo municipal, ocorridos com os jovens parlamentares na
20 Receita Federal. Falou, também, com bastante satisfação e entusiasmo,
21 sobre a evolução do projeto, que já se encontra na etapa das “Palestras”,
22 tendo sido a última aplicada na Escola Nosso Lar, antiga Élio Lemos de
23 França. Afirmou ele, ainda, que não obstante as dificuldades citadas, que
24 causaram uma certa apatia entre os jovens, a Comissão de Capacitação está
25 atenta a situação e que o projeto continua de acordo com o que fora
26 planejado. Já o Sr. Sérgio Studart mencionou a necessidade de apurarmos
27 as razões dessa dispersão, sugerindo uma exposição da Comissão de
28 Capacitação, sobre as dificuldades encontradas no programa “PJU”. Logo
29 depois, a Sra. Valéria Bezerra realizou uma síntese sobre sua viagem a
30 Roraima, envolvendo seu trabalho no projeto da Educação Fiscal da Receita
31 Federal e o “PJU”. Já a Sra. Nadja Peixoto abordou os impasses encontrados
32 na proposta, citando, a título de exemplo, os contratemplos havidos com os
33 alunos do ensino médio em anos anteriores e propôs a implantação de um
34 critério motivacional, com o propósito de oferecer um impulso ao plano. Já
35 o Sr. Diego Fonseca disse da necessidade de se oferecer ao Jovem
36 Universitário algum benefício, a exemplo de um Certificado de Extensão
37 Universitária, por ser válido e ter uma ampla aceitação em todo o território
38 nacional. **(2.2) - Visita ao CNJ:** A Coordenação informou que as
39 “Representações do FOCCO Por Excesso de Prazo”, contrárias às decisões
40 do Tribunal de Justiça pela nomeação do Sr. Fernando Toledo para o

41 Tribunal de Contas do Estado e, também, a contestação contra a Assembleia
42 Legislativa por não repassar ao Tesouro Estadual, o imposto de renda
43 descontado de seus membros e servidores, objeto de discussão e deliberação
44 em nossa última reunião ordinária, já foram encaminhadas e entregues à
45 Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, ambas, com pedido para que,
46 diante dos fatos narrados nos respectivos documentos, se instaure o
47 competente processo legal administrativo para aplicação da sanção
48 disciplinar cabível e prevista em lei. **(2.3) – Outros:** Confirmou o Sr.
49 Coordenador a necessidade de se dar encadeamento à apuração dos
50 problemas levantados pelo Sr. Ricardo Rodrigues em nossa última reunião.
51 Principalmente, o relacionado à herança deixada por um ex-governador que
52 emitiu títulos para pagamentos de precatórios, que o estado sequer possuía.
53 **Item 3 da Pauta – Dia Internacional de Combate à Corrupção –**
54 **Apresentação de sugestões para o evento:** O Sr. Sérgio Studart, sob a
55 alegação da evidente crise financeira por que passa o País, com o
56 consequente contingenciamento orçamentário, afirmou que a Controladoria
57 Geral da União – CGU, não terá mais a obrigação de realizar referido evento.
58 Por outro lado, admitiu que, contando com o apoio dos eternos parceiros e
59 com criatividade, haverá a possibilidade de sua concretização. Já o Sr. Diego
60 Fonseca, a exemplo de outras intervenções em reuniões passadas, disse da
61 conveniência estratégica da criação de um fundo financeiro do FOCCO, com
62 o objetivo de se contar com os recursos necessários às circunstâncias que se
63 apresentem. Foram definidos, também: o dia 9 de dezembro para sua
64 realização, por ser o Dia Internacional Contra a Corrupção, e, ainda, o Centro
65 de Convenções Ruth Cardoso para o local de sua promoção. **Item 4 da Pauta**
66 **- Deliberações sobre: (4.1) – Informações da Câmara:** Registre-se, aqui,
67 a vinculação deste subitem, com as atividades do Parlamento Jovem
68 Universitário. O Sr. Pedro Guido voltando a intervir, sugeriu à Coordenação
69 a elaboração de ofícios, a serem entregues à Mesa Diretora da Casa, com a
70 presença da mídia, solicitando da Câmara de Vereadores cópias de
71 documentos referentes à prestação de serviços, de outros contratos existentes
72 e o fornecimento dos registros relativos à verba de gabinete. Foi proposto,
73 também, o pedido para a realização de uma audiência pública específica,
74 visando a apresentação e a atuação dos Jovens Parlamentares Universitários.
75 A Sra. Nadja Peixoto ficou de tomar citadas diligências, junto ao Sr.
76 Controlador daquele poder. **(4.2) – Escolha do conselheiro do TCE:** O Sr.
77 Coordenador participou a todos a preocupação da Associação Nacional do
78 Ministério Público de Contas, através de Nota de Apoio, em que presta
79 solidariedade ao MPC/AL e ao TCE/AL pela decisão de homologar a lista
80 tríplice de Procuradores de Contas para provimento do cargo vago de

81 Conselheiro daquela Corte, ficando deliberado a elaboração de ofício a ser
82 dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, colocando nossa
83 posição em relação ao preenchimento da referida vaga no TCE, no
84 discernimento de que seja um integrante do MPC. **(4.3) – Concurso para**
85 **procurador municipal:** Assunto já consolidado em encontros anteriores. O
86 Sr. Diego Fonseca considerou de imperiosa necessidade o FOCCO insistir
87 na proposta para a realização de concurso para procurador nos municípios
88 alagoanos, “por julgar a advocacia pública imprescindível para a proteção
89 dos interesses da sociedade”, disse ele. **Item 5 da Pauta – Considerações**
90 **Finais:** O Sr. Coordenador, orientado por sugestões do Sr. Pedro Guido,
91 propôs convidarmos o Presidente do Conselho Estadual de Saúde, com o
92 objetivo de se apurar as razões da existência de um suposto descarte de
93 medicamentos vencidos do estoque da Secretaria. Finalizando, o Sr. Marcos
94 Sérgio voltou a comentar o fechamento dos hospitais psiquiátricos em
95 Alagoas – a luta antimanicomial, que busca o fim das casas de internação,
96 uma ação equivocada motivada por presumíveis fins econômicos. Não
97 havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião às 12 horas e 5
98 minutos, da qual, eu, Fernando Teles de Farias, Secretário Ad hoc, lavrei a
99 presente Ata, que vai, também, assinada pelo Sr. Coordenador e demais
100 membros presentes à reunião.

101

102

103

José Carlos Castro
Coordenador.

104

105

106

Fernando Teles de Farias
Secretário Ad hoc.

107

108

109

Diego Fonseca
APROMAL

110

111

112

Sérgio Studart
CGU

113

114

115

Pedro Guido
ISV

116

117

118

Dário César
CGE

119

120

121

122

Marcos Sérgio da Silva Ferreira Neto

123

SINDAF/AL

124

125

Valéria Bezerra

126

RFB

127

128

Kátia Vasco

129

TCE/AL

130

131

Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto

132

UNEAL

133

134

Leoneide Novais de Melo

135

ARQUIDIOCESE/MACEIÓ